



# DIREITO TRIBUTÁRIO



**Estratégia**  
OAB

# I SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

## 2ª FASE - DIREITO TRIBUTÁRIO

### PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

**ENUNCIADO DA PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL:** João da Silva constituiu hipoteca sobre imóvel de sua propriedade, avaliado em R\$ 500.000,00, em garantia de empréstimo bancário por ele contraído no mês de dezembro de 2.023, no mesmo valor do bem. Ocorre que em janeiro de 2.024 ele foi notificado pelo Município Alfa do Estado Beta para efetuar o recolhimento do ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis sobre tal operação de hipoteca, calculado pela alíquota de 5% sobre o valor do bem. Ao receber a notificação desse lançamento ele ficou surpreso com o valor exigido pelo Fisco Municipal e decidiu consultar um(a) Advogado(a), que, após algumas pesquisas, constatou que tal cobrança estava sendo realizada com base em lei aprovada pela Câmara de Vereadores do Município Alfa, publicada em 30 novembro de 2.023, estabelecendo as seguintes alíquotas para o ITBI:

- 2% para as operações com valor venal de até R\$ 200.000,00;
- 3% para as operações com valor venal de R\$ 200.000,01 até R\$ R\$ 300.000,00;
- 4% para as operações com valor venal de R\$ 300.000,01 até R\$ R\$ 400.000,00; e
- 5% para as operações com valor venal igual ou superior a R\$ 400.000,01.

Inconformado com tal exigência, João da Silva ingressou, tempestivamente, por meio de seu(ua) Advogado(a), com Impugnação Administrativa objetivando a anulação do lançamento do ITBI em questão. Porém, apesar dos bons argumentos jurídicos apresentados, o crédito tributário impugnado foi mantido em decisão definitiva e irreformável proferida na última instância administrativa, da qual João da Silva foi notificado já faz 6 meses. Como Advogado(a) de João da Silva, redija a peça processual adequada para a defesa dos direitos e interesses do teu cliente, garantindo, ainda, de imediato, que ele não figure como inadimplente junto ao Município.

*Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação (Valor: 5,00)*

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

**QUESTÃO 01**

A sociedade empresária ABC Ltda. teve sua falência decretada em outubro de 2.020, quando possuía: i) débitos de ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços devidos ao Estado X, no valor de R\$ 1.300.000,00, relativos a fatos geradores ocorridos nos meses de janeiro a setembro de 2.020; ii) débitos trabalhistas que não ultrapassavam 150 salários mínimos por credor; e iii) um imóvel hipotecado ao Banco Lucro S/A, avaliado em R\$ 2.200.000,00, em garantia de dívida no valor de R\$ 2.000.000,00. A respeito da ordem a ser observada na classificação dos créditos na falência, o Procurador do Estado alegou que o ICMS devido pela contribuinte deveria ser pago antes do crédito gravado com direito real de garantia, já que os fatos geradores do tributo são anteriores à decretação da falência. Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

**A)** O argumento apresentado pelo Procurador do Estado X está correto?

**B)** Após a decretação da falência, a cobrança judicial do crédito tributário pode prosseguir por meio de Execução Fiscal junto ao Juízo das Execuções Fiscais ou deve ser realizada junto ao Juízo da Falência em observância à universalidade do juízo falimentar?

*Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.*

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 02**

Mário, que era residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, teve sua morte presumida devidamente declarada, sem decretação de ausência, nos termos do art. 7º, inciso I, do Código Civil, pois ficou comprovada a extrema probabilidade da sua morte, já que o avião no qual ele viajava caiu em alto mar e nunca foi localizado, bem como qualquer uma das vítimas. Mário deixou um apartamento no Estado do Rio Grande do Sul e um automóvel que, embora registrado no DETRAN do Estado do Rio de Janeiro, sempre esteve em uso por um dos seus herdeiros, residente e domiciliado no Estado da Bahia. O respectivo inventário está em curso na Capital do Estado de São Paulo. Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

**A)** É devido o ITCMD - Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações no inventário por morte presumida?

**B)** Abstráida a incidência ou não do ITCMD no inventário por morte presumida, no caso, qual Estado-membro da Federação seria competente para exigir o recolhimento do imposto em relação à transmissão do automóvel em questão?

*Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.*

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 03**

Enzo, assim que completou 16 anos de idade, mudou-se temporariamente para um país do exterior para realizar um intercâmbio, deixando de prestar, contudo, qualquer tipo de informação à Receita Federal do Brasil. Durante o período em que esteve no exterior (de fevereiro a novembro de 2.021) ele trabalhou como garçom em um restaurante, recebendo valor equivalente a R\$ 10.000,00 mensais, totalizando R\$ 100.000,00 ao longo dos 10 meses em que trabalhou nessa atividade, sendo que tais valores foram devidamente tributados naquele país à título de tributação sobre a renda. Em dezembro de 2.021, ainda menor de idade, Enzo retornou ao Brasil. Sobre a hipótese descrita, considerando que o Brasil não possui convenção internacional com o país onde Enzo auferiu renda para evitar bitributação, responda os itens a seguir:

- A)** Devido ser menor de idade, Enzo, que não é civilmente emancipado, pode ser considerado contribuinte do IRPF no Brasil?
- B)** Como os R\$ 100.000,00 auferidos por Enzo já foram tributados no exterior, a Receita Federal do Brasil pode exigir que esses mesmos rendimentos sejam declarados e tributados à título de IRPF no Brasil?

*Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.*

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 04**

Após decretar estado de calamidade pública, o Presidente da República editou Medida Provisória instituindo Empréstimo Compulsório para custear as despesas extraordinárias dela decorrentes, incidente sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

- A)** O Presidente da República pode editar Medida Provisória para instituir Empréstimo Compulsório?
- B)** O Empréstimo Compulsório pode ter o mesmo fato gerador do imposto da competência tributária dos Estados-membros e do Distrito Federal sobre a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior?

*Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.*

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

